Territórios renitentes: os efeitos das políticas repressivas à pichação em Belo Horizonte[1] (2011 -2015)[2]

Reluctant territories: the effects of repressive policies on graffiti in Belo Horizonte (2011-2015)

Alexandre Magno Alves Diniz
Doutor em Geografia pela Arizona State University. Professor Adjunto IV – Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUCMinas, Brasil

Rodrigo Guedes Braz Ferreira
Bacharel e Licenciado em Geografia pela PUC Minas. Mestrando em Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUCMinas, Brasil

Angélica Gonçalves Lacerda
Graduanda de Geografia pela PUC Minas. Bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Brasil

Resumo
Com a indicação de Belo Horizonte como uma das sedes da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA, em 2014, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte intensificou a repressão aos pichadores da cidade, desenvolvendo conjuntamente com os seus parceiros, uma série de medidas restritivas à prática. O presente estudo avalia, a partir de uma perspectiva geográfica, os efeitos dessas políticas no hipercentro de Belo Horizonte. Trabalha-se com dados primários resultantes de uma ampla catalogação das pichações encontradas no hipercentro de Belo Horizonte em 2011 e 2015. Os resultados revelam uma intensa contenda entre poder público local e pichadores pelo território central, cujos resultados indicam uma ampliação no número de pichações. Por outro lado, em resposta à crescente repressão, os pichadores passaram a adotar suportes, posições nas edificações e materiais distintos, que privilegiaram formas mais céleres de pichação.

Palavras-chave: pichação, geografia, paisagem, território, Belo Horizonte

Abstract

With the nomination of Belo Horizonte as one of the venues for the 2013 FIFA Confederations Cup and the FIFA Men's World Cup in 2014, the Belo Horizonte City Hall intensified its crackdown on graffiti writers, developing jointly with its partners, a series of measures restricting the practice. The present study evaluates, from a geographic perspective, the effects of these measures in downtown Belo Horizonte. We work with primary data resulting from a large cataloging of all graffiti found downtown Belo Horizonte in 2011 and 2015. Results reveal an intense contention between local administrators and graffiti writers over the downtown territory, whose results indicate an increase in the number of tags. On the other hand, in response to the growing repression, writers changed their behavior adopting different supports, positions in the buildings and materials, which favored faster forms of tagging.

Keywords: graffiti, geography, landscape, territory, Belo Horizonte

[1] Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa FAPEMIG Edital 01/2014 - Demanda Universal, CSA - APQ-01314-14
[2] Os autores são gratos às seguintes pessoas pelo importante auxílio na coleta e processamento de dados: Diego Prata, Lucas Bigão, Midiane Scarabelli, Nina Tolentino e Sérgio Alcântara.

1. INTRODUÇÃO

A pichação é uma manifestação popular, contemporânea e urbana extremamente controvertida, que polariza opiniões, despertando reações e discursos inflamados. Enquanto alguns a concebem como uma forma de arte, de expressão cultural e de manifestação social; outros a consideram ato de vandalismo, forma de demarcação territorial por parte de grupos marginais, ou, ainda, crime ambiental (GOHL; FORT, 2016). Seja em espaços públicos ou privados, as pichações geram conflitos, tocando em questões caras ao sistema tais como propriedade privada, preservação do patrimônio público, hegemonia cultural e exclusão social (MARTINS, 2017).

Não se pode ignorar que esta prática emana de sujeitos sociais que não estão passivos ou alheios à natureza desigual e segregadora das cidades. Neste sentido, a pichação representa uma reação à exclusão social, uma forma de expressão de grupos oprimidos, que vocalizam através do picho a sua identidade e as suas insatisfações (ZAN et al., 2010). Atrelado à natureza contestadora e a busca por autoafirmação, tem bastante relevância na cultura da pichação a excitação que os riscos inerentes à prática despertam em seus adeptos. Neste contexto social, os pichadores que enfrentam os maiores desafios, atingindo suportes de difícil acesso têm maior reconhecimento dos pares (CARVALHO, 2015).

Os pichadores em suas práticas cotidianas além dos antagonismos inerentes às leis, à postura hostil do poder público e a rejeição de boa parte da população, contam com outro desafio inexorável: a efemeridade da paisagem urbana, que está em constante alteração e sobre a qual operam diuturnamente múltiplos atores. Agem sobre os mesmos muros e fachadas cobiçados pelos pichadores outros interesses, que de forma dialética impregnam as formas da cidade com os seus signos, valores e cores (PEREIRA, 2005).

Perante as normas do Estado[3], a pichação configura-se numa atividade ilegal, fato que torna os pichadores, na visão de muitas pessoas, vândalos, criminosos e delinquentes, aspecto que reafirma a postura marginal desses indivíduos. Diante disso, a pichação vem sendo duramente combatida pelos representantes dos poderes públicos locais, que seja através de leis, campanhas educativas, vigilantismo, movimentos de despiche, ou, ainda, repressão ostensiva tentam, em vão, coibir a prática. São vários os exemplos de administrações municipais que realizaram, sem grande sucesso, cruzadas contra a pichação.

Recentemente, Belo Horizonte também foi objeto de tensões e conflitos provocados pela intensificação da criminalização do picho, fato que suscitou entre o poder público local e grupos de

[3] O ato de pichar pode levar à cadeia, sendo que o Artigo 65 da Lei dos Crimes Ambientais, número 9.605/98, em vigor desde 1998, estabelece punição de três meses a um ano de detenção, juntamente com o pagamento de multa. (BRASIL, 1998). No entanto, este artigo foi alterado pela Lei número 12.408/2011, que retirou o caráter de crime do grafite e proíbe venda de tintas em aerossol a menores. (BRASIL, 2011).

pichadores uma série de movimentos antagônicos de ação e reação, que culminaram na prisão de diversos indivíduos e na pichação de alguns cartões postais da cidade. O anúncio por parte da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de que Belo Horizonte seria uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações de 2013 fez com que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) comandasse diversas ações higienistas, que incluíram a repressão sem precedentes dos pichadores.

A partir de uma perspectiva geográfica, o presente trabalho descreve os antagonismos e avalia os efeitos da cruzada anti-pichação adotada em Belo Horizonte no número, no processo de construção e na geografia das pichações, fazendo uso de informações primárias colhidas no hipercentro de Belo Horizonte. Trata-se de uma área da cidade bastante visada pelos pichadores, dada a sua centralidade e a grande população flutuante, fatos que conferem maior visibilidade às marcas ali deixadas (ISNARDIS, 1997). Com base neste recorte espacial, realizou-se o levantamento de dados em 2011 e 2015, no qual se empregou um formulário na catalogação do endereço, tipo de edificação, natureza, ocorrência ou não de superposição, posição na edificação, tipo de material utilizado e estilo de todas as pichações presentes no hipercentro de Belo Horizonte[4]. Posteriormente, com o auxílio do cadastro de endereços da cidade foi estabelecida a posição geográfica de cada pichação e, por conseguinte o seu mapeamento. O teste estatístico de Chi-Quadrado[5] foi empregado buscando verificar se as diferenças encontradas nos diversos aspectos relacionados à pichação em 2011 e 2015 são consistentes, permitindo aferir os efeitos das políticas repressivas na prática da pichação.

A área de estudo por ser marcada por intensa movimentação de pessoas e contar com a viva presença da função comercial demandou a realização do levantamento de dados primários em duas etapas, visando garantir a cobertura de toda a extensão do hipercentro. Num primeiro momento, as quadras foram percorridas ao longo dos dias úteis da semana, sendo, posteriormente revisitadas nos fins de semana. Este expediente se fez necessário uma vez que várias pichações eram invisíveis nos períodos em que a atividade comercial encontrava-se ativa, por terem usado como suporte as portas metálicas dos estabelecimentos comerciais, que se encontram abertas durante o expediente. Os formulários utilizados no levantamento de informações foram digitalizados e compuseram o banco de dados empregado nas análises estatísticas e espaciais discutidas mais adiante.

[4] Um artigo foi produzido a partir das informações identificadas em 2011. Ver DINIZ, FERREIRA E ALCÂNTARA (2015).

[5] É um teste de hipóteses estatísticas que utiliza a distribuição de Qui-quadrado como referência. Os testes de Qui-quadrado são geralmente construídos a partir de uma soma de erros quadrados, ou através da variância da amostra, sendo empregados no teste da hipótese nula de que os dados são independentes. Ver BURT, BARBER AND RIGBY (2009) para uma descrição pormenorizada do teste.

2. TERRITÓRIOS DE PICHACAO

As pichações podem ser encaradas como uma forma de resistência à ordem estabelecida hegemonicamente pela sociedade burguesa e pelo Estado (MONDARDO; GOETTERT, 2008), ou, ainda, como uma forma de crítica popular à ordem imposta (CANCLINI, 1990). Pichadores e poder público local vêm estabelecendo relações conflituosas na apropriação do hipercentro de Belo Horizonte, cuja compreensão não pode prescindir de uma análise a partir do conceito de território.

O território encontra-se intrinsecamente associado ao exercício do poder (SOUZA, 1995; 2009), contando com uma dupla gramática, material e simbólica, na materialização de práticas de apropriação e dominação. Essas práticas, por sua vez, pendulam entre a dominação política e econômica, de natureza concreta e funcional; e a apropriação subjetiva, de natureza simbólica e cultural. Logo, todo o território é concomitantemente funcional e simbólico, uma vez que distintos atores o utilizam como suporte para realizar funções e produzir significados. A dimensão funcional do território encontra-se associada aos recortes do espaço dotados de recursos cuja relevância oscila no tempo, no espaço e segundo os interesses de distintos atores. A dimensão simbólica encontra-se associada ao exercício da identidade, da alteridade e à manifestação de valores culturais (HAESBAERT, 2004; 2005; 2007).

No entanto, esses extremos devem ser compreendidos como “tipos ideais”, não sendo concebível a existência meramente funcional do território, uma vez que este sempre incorporará uma dimensão simbólica; nem, tampouco, territórios exclusivamente simbólicos, uma vez que o mesmo deve encontrar-se associado a alguma espacialidade concreta, “de referência identitária” (HAESBAERT, 2009).

Portanto, espaço e território não são equivalentes ou sinônimos, uma vez que este é antecedido por aquele, sendo o território gerado a partir do espaço. Determinado ator ao apropriar-se de maneira concreta ou abstrata de um espaço o “territorializa”, projetando sobre o espaço um trabalho, ou energia, adaptando as condições dadas às suas necessidades (RAFFESTIN, 2009).

Santos et al., (2000) apontam a polarização entre atores hegemônicos e hegemonizados na dialética construção do território, asseverando que enquanto para os atores hegemônicos, o território significa controle físico, valor de troca, lucro, fonte de recursos ou instrumentos que asseguram a materialização de seus interesses; para os atores hegemonizados, o território representa um abrigo, combinando funcionalidades (garantia de sobrevivência material) e identidade (sobrevivência simbólica).

Torna-se imperativo distinguir os territórios segundo os atores que os constroem (indivíduos, instituições, Estado, etc.), sendo igualmente importante compreender os processos de territorialização, ou de dominação e apropriação do espaço, sendo esses extremamente variados.

Neste sentido, Haesbaert (2007:6778) identifica os quatro grandes fins ou objetivos da territorialização, quais sejam: abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meios de produção; identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais; disciplinarização ou controle através do espaço; e construção e controle de conexões e redes. Portanto, dependendo da perspectiva que se analisa, um aspecto pode aparecer mais evidente ou importante. Segundo Souza (2009, p.60) a territorialização pode implicar no desenraizamento de indivíduos ou grupos, ou, ainda, na privação de acesso a recursos e riquezas. No entanto, trata-se de "um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço"; um campo de forças, uma dimensão do espaço social que apresenta tanto aspectos intangíveis quanto palpáveis.

A produção e apropriação contínua do território é capitaneada por um conjunto de atores (indivíduos, organizações, instituições publicas, privadas e não governamentais), que operam segundo as suas próprias normas, objetivos, princípios, representações e características. São, portanto, múltiplos e sobrepostos os arranjos sociais e territoriais, que vão do indivíduo, passando pelas organizações locais, até as grandes organizações. Os seres humanos têm, portanto, protagonismo na formação do território: "cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades, etc". (SAQUET, 2009:90)

Inspirados nesses ideias, analisaremos mais adiante a intensa disputa territorial pelo hipercentro de Belo Horizonte travada entre o poder público local e os pichadores, contenda marcada pela alternância de provocações e o exercício material e simbólico de territorialidades.

3. PICHAÇÃO, PIXAÇÃO OU GRAFITE?

Mas antes de analisarmos a disputa, faz-se mister distinguir alguns termos essenciais à compreensão dos processos em análise. Na Europa e nos Estados Unidos o grafite é um termo genérico que representa toda forma de escrita urbana, incluindo os rabiscos encontrados em metrôs, banheiros e cabines telefônicas, mas também imagens sofisticadas, como murais, por exemplo (FURTADO; ZANELLA, 2009). Aquilo que aqui chamamos de pichação representa na maioria dos lugares uma das diversas estéticas do grafite.

Portanto, existe no Brasil uma bifurcação conceitual entre pichação e grafite, sendo aquele considerado uma forma de arte urbana, enquanto a pichação é tida como poluição visual, degradação urbana e vandalismo (PEREIRA, 2005). Apesar de utilizarem o mesmo material (latas de tinta spray ou rolos de pintura) e adotarem as construções da cidade como suporte, a linguagem ou a plasticidade das formas, bem como a recepção dos signos deixados por grafiteiros e pichadores são muito distintas (ZAN et al., 2010).

O grafite (Figura 1) representa uma forma de arte e expressão urbana, com fortes preocupações estéticas, que utiliza como suporte muros, paredes, fachadas, viadutos, vagões de trens ou metrôs, ônibus, ou outros elementos da paisagem. Apesar de grafite e pichação compartilharem uma origem comum, o grafite tem conquistado crescente simpatia e aceitação por parte da sociedade, sendo empregado em revitalizações de espaços urbanos considerados hostis e degradados, além de ter chegado às galerias de arte e sido absorvido pela indústria da publicidade, inspirando a criação de revistas especializadas.

Figura 1 – Grafite. **Fonte**: Ferreira, 2017

A pichação (Figura 2) constitui uma forma de expressão urbana, indômita, rebelde, marginal, ilegal, subversiva e contestadora, cujas referências estéticas limitam–se ao alfabeto ou desenho das letras e símbolos, formas de aplicação (tinta spray, rolinho ou outra técnica) e suporte (muros, fachadas ou equipamentos públicos). Os pichadores inscrevem na paisagem urbana as suas marcas. Essas marcas recebem o nome de *tags*, que constituem símbolos que representam a individualidade do pichador, uma assinatura estilizada e *suis generis*. As pichações representam manifestações estéticas, construídas a partir de grafias com alfabeto específico, cujo objetivo é registrar no espaço urbano marcas pessoais, associadas ou não aos símbolos de grupos de pichadores.

Figura 2 – Pichação. **Fonte**: Ferreira, 2017

As letras que fazem parte deste universo são adaptações estilizadas, subvertidas a partir do alfabeto geral, de modo que a pichação caracteriza um estilo de comunicação fechada, cujas mensagens são direcionadas e decodificadas apenas pelos iniciados (CARVALHO, 2015). Mas além do alfabeto próprio, distinguem-se na cena da pichação estilos bem demarcados, pautados em especificidades regionais. Em Belo Horizonte, são três os estilos predominantes: paulista, carioca, mineiro.

Canevacci (1993, p.183) descreve o estilo paulista de pichação (Figura 3), como sendo definido por uma "[...] matriz obscura e misturada – simultaneamente árabe e gótica [...]". Essa descrição é corroborada por Pererira (2010), que atesta que a pichação paulista enfatiza os traços retos e angulares, ao contrário do estilo norte-americano, cujo formato arredondado lembra mais uma rubrica. Já Silva (2014) denomina a pichação paulista de "*tag reto*", caracterizada por traços retilíneos, alongados, geralmente escritas com spray, rolo ou espuma.

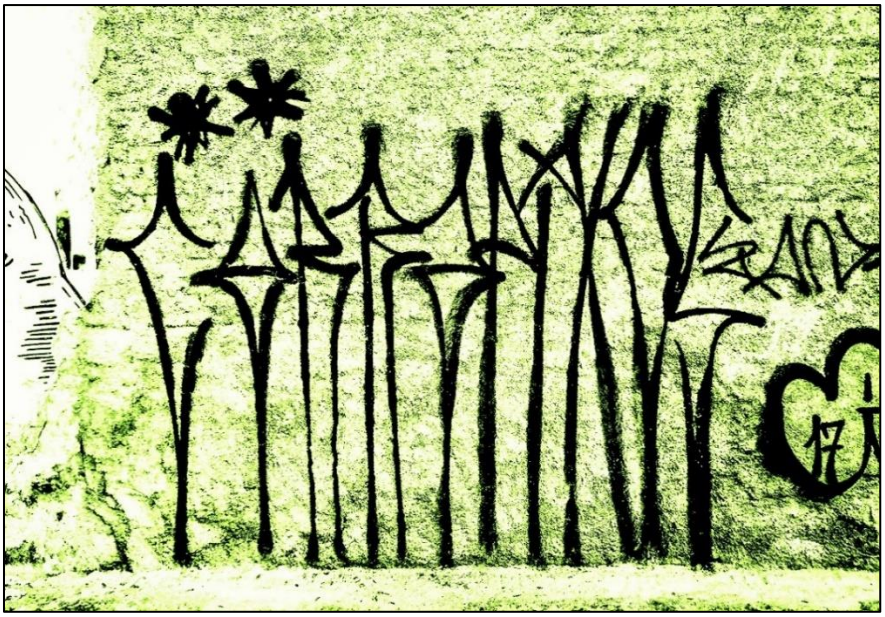


Figura 3 - Pichação no estilo paulista. **Fonte**: Ferreira, 2017

Por sua vez, os pichadores do Rio de Janeiro desenvolveram estética própria, denominada carioquinha (Figura 4), caracterizada por traços circulares com letras emboladas e sobrepostas, produzidas a partir de gestos rápidos com spray, que tornam as assinaturas completamente ilegíveis aos não iniciados e também a vários pichadores (VIANA; BAGNARIOL, 2004; SOUZA, 2007). Em virtude da grande influência dos estilos carioca nos anos 1990 e paulista nos anos 2000, plasmou-se em Belo Horizonte um estilo híbrido que incorpora traços das duas escolas de pichação[6]. A pichação mineira (Figura 5) apresenta contornos relativamente circulares alternando

[6] Ver ISNARDIS (1997); CARVALHO (2013) e SOARES (2013) para uma discussão da evolução histórica do picho em Belo Horizonte.

para contornos retos e em forma de arcos. Sua grafia é precisa e vertical, quase sempre feita em letra de forma estilizada (DINIZ; FERREIRA; ALCÂNTARA, 2015).

Figura 4 - Pichação no estilo Carioca
Fonte: Ferreira, 2015

Figura 5 - Pichação no estilo mineiro
Fonte: Ferreira, 2016

Mas juntamente com a grafia estilizada das marcas que os pichadores espalham pela cidade vem a indicação do nome dos grupos ou *crews* aos quais se encontram vinculados. Esses grupos de pichadores são denominados grifes, constituindo-se uma “etiqueta” ou “marca” que valoriza o que fora pichado. A grife é normalmente registrada ao lado da pichação. O pichador ao fazer parte de uma grife estabelece uma relação de solidariedade com os demais integrantes do grupo, chegando, inclusive, a sair na companhia de seus parceiros na prática da pichação. No entanto, os membros das grifes ou *crews* devem cumprir algumas obrigações, sendo a mais importante delas ampliar a

popularidade da grife, espalhando o seu símbolo pelo maior número de locais da cidade (PEREIRA, 2005).

Outro elemento importante na cultura da pichação diz respeito ao ato simbólico de maior violência que é a prática do "atropelo". Atropelar uma *tag* significa pichar em cima das marcas pessoais ou do grupo deixadas por outros pichadores. Este ato ultrajante é o maior gerador de conflitos no meio da pichação, fomentando rivalidades entre pichadores (*writers*) e grifes (*crews*) (CARVALHO, 2015).

Destaque-se também que ocasionalmente os *writers* buscam chamar a atenção da população geral, deixando ao lado de suas marcas pessoais, frases inteligíveis de protesto contra os mais diversos aspectos da sociedade. A pichação implica, portanto, em uma prática subversiva do espaço urbano, na maioria das vezes realizada no decorrer das madrugadas, com a finalidade de marcar os bens públicos e/ou privados, difundindo mensagens ideológicas ou simplesmente demarcando territórios.

Mas o termo "pichação" também pode ser encontrado grafado com "x[7]". Os pichadores adotam a grafia com "x", desrespeitando a ortografia oficial, com o fim de diferenciar as suas marcas das demais intervenções escritas encontradas na paisagem urbana (PEREIRA, 2005). Na verdade, a pichação com "x" ultrapassa o simples ato de escrever em muros, representando, ainda, um estilo de vida. Segundo Pereira (2010), os adeptos deste estilo de vida são jovens que residem, na maioria das vezes, em áreas periféricas das cidades, que buscam deliberadamente o risco e a excitação do ato de "pixar". Consequentemente, aqueles que assumem os maiores riscos, ou enfrentam os maiores desafios durante a "pixação" conquistam a admiração e respeito dos seus pares.

4. A PICHAÇÃO EM BELO HORIZONTE

Os primeiros vestígios da prática da pichação em Belo Horizonte datam dos anos 1980, sendo que até então as inscrições encontradas na cidade eram predominantemente de cunho político. Um dos precursores da pichação na cidade foi o quadrinista Lacarmélio Alfeo, que adotava métodos pouco ortodoxos na divulgação de sua revista em quadrinhos Celton, que incluía pichar os dizeres "Leia Celton" ou "Celton" por toda a cidade (VIANA; BAGNARIOL, 2014). Na esteira dessa experiência pioneira, os referidos autores reconhecem que a prática do picho em Belo Horizonte bifurcou-se em duas vertentes: hip-hop e torcidas organizadas.

[7] Adota-se ao longo deste trabalho a ortografia oficial para "pichação" para designar a prática da demarcação territorial por indivíduos ou grupos de pichadores.

A cena ligada à efervescência do movimento hip-hop trouxe consigo a possibilidade de associar o picho ao grafite como forma de expressão urbana associada às rodas de *break dance* e à difusão do movimento, que tinha na praça da Savassi, na quadra poliesportiva do Vilarinho, no Máscara Negra e no terminal turístico JK os seus pontos de encontro. A partir da segunda metade dos anos 1990, o fenômeno grafite-pichação começa a chamar a atenção das autoridades, fazendo com que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) sancionasse a Lei Municipal 6.995, de novembro de 1995, que proibia e criminalizava a pichação, prevendo detenção e multa para os infratores, fato que não surtiu os efeitos esperados. Mais adiante, a PBH mudou a sua postura, instituindo o Projeto Guernica, com a finalidade de buscar um dialogo com grafiteiros e pichadores, em oficinas realizadas em diferentes partes da cidade, com o intuito de promover uma reflexão acerca do patrimônio e da paisagem urbana (VIANA; BAGNARIOL, 2014).

O outro caminho nos leva às torcidas organizadas de futebol, que passaram a usar a pichação com o fim de demarcar territórios, marcar presença e intimidar torcidas rivais em suas sedes ou nos estádios de futebol.

> "[...] acabou se tornando prática comum entre as torcidas organizadas dos grandes times de futebol. Nos anos 80, após a Máfia Azul pichar a sede do Atlético em Lourdes, o fenômeno generalizou-se. De fato, é nos grandes templos do futebol que a pichação adquire para o jovem o caráter dos grandes conflitos, e passa a integrar a coreografia mítica do ritual esportivo. (VIANA; BAGNARIOL, 2004: p. 183)".

Nesta época, muitos pichadores eram jovens membros de torcidas organizadas, que pichavam suas *tags* associadas aos grupos aos quais pertenciam e as suas respectivas torcidas organizadas. Logo, um ponto natural de convergência desses grupos era o Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), onde era possível encontrar *tags* de diversos pichadores e grupos de pichadores das mais diversas localidades de Belo Horizonte e sua região metropolitana (ISNARDIS, 1995).

Entretanto, se a década de 1990 é reconhecida no universo do picho pela aproximação com as torcidas organizadas, deu-se ai também o seu distanciamento. Soares (2013) aponta que nos anos 1990 um importante grupo[8] de pichadores de Belo Horizonte, percebendo a dificuldade de manutenção dos seus membros, bem como o recrutamento de novos adeptos, começa a relevar a necessidade de vínculo com as torcidas organizadas. Essa reorientação exacerbou rivalidades de outra natureza, desta feita entre distintos indivíduos e grupos de pichadores, que passaram a disputar de forma mais intensa espaços urbanos e a competir entre si pelo reconhecimento de quem mais pichava a cidade.

[8] Pixadores de Elite, conhecido como um dos grupos de pichadores mais atuantes e ousados de Belo Horizonte.

Em função desta crescente competição, já se distinguiam nos anos 1990 múltiplos territórios de pichação em Belo Horizonte, classificados por Isnardis (1997) em cinco tipos básicos:

> ***O bairro de origem*** é o local onde predominam as marcas do grupo hegemônico. As pichações ali realizadas têm público restrito, composto pelos próprios pichadores locais, ou algum visitante eventual, além dos não pichadores. Pichar no bairro representa tarefa mais fácil, portanto, conta com um maior número de pichadores, alguns dos quais jamais deixam o bairro. Por ser mais fácil, a pichação no bairro é considerada menos valorizada.
>
> ***A principal via de acesso*** à região na qual se situa o bairro de origem é um espaço mais valorizado, dada a maior visibilidade que confere às pichações. O público observador inclui além de todos os pichadores do bairro, diversos transeuntes regulares ou eventuais, incluindo pichadores de outras áreas. Por serem, geralmente, vias com intensa movimentação de pessoas e veículos, pichar ali é tarefa mais arriscada, demandando os pichadores mais ousadia, fato que confere às pichações ali encontradas maior status.
>
> ***Um grande eixo viário*** constitui o terceiro tipo de território. São também locais de maior visibilidade e, portanto, maior dificuldade de execução das pichações. No entanto, simbolicamente pichar um eixo viário diverso daquele que dá acesso ao seu local de moradia implica aproximar-se do território de outros grupos, fato que pode desencadear conflitos.
>
> ***O Centro da cidade*** é a área mais cobiçada pelos pichadores não só de Belo Horizonte, mas de toda a região metropolitana. Por não ser território de nenhum grupo específico, os pichadores compartilham aquele espaço, sem grandes hostilidades. Trata-se da área de maior visibilidade da cidade, que traz também uma carga maior de riscos, aumentando significativamente a relevância das pichações ali encontradas. Os grupos mais renomados e os pichadores mais ousados operam no centro.
>
> ***O território alheio ou inimigo*** representa os recortes da cidade cujo domínio foi consolidado por outro grupo. Pichar no território alheio ou inimigo representa uma afronta aos senhores do território, fato motivador de retaliações que podem ocorrer sob a forma de contrapichações, ou até mesmo confrontações físicas.

Atualmente, a pichação encontra-se cada vez mais associada ao movimento hip-hop, sendo tênues as vinculações com as torcidas organizadas e com o Mineirão, sobretudo após a renovação daquele equipamento esportivo para a realização dos megaeventos Copa das Confederações e Copa do Mundo FIFA de futebol masculino. Hoje os pichadores gravitam em torno dos movimentos de rap, duelo de MC's, festas promovidas pelos próprios grupos de pichadores, lojas especializadas, dentre outros (CARVALHO, 2011).

A literatura sobre o histórico da pichação em Belo Horizonte é ainda escassa, mas é possível perceber que a sua origem é diferenciada daquela observada em São Paulo. Enquanto as letras e a origem do picho paulista estiveram vinculadas ao movimento punk, ou até mesmo à verticalização da cidade, a pichação de BH parece ter sido influenciada pelo conjunto de atividades inerentes ao movimento hip-hop e sua agitação inicial nos anos 1980 (SILVA, 2014),

O desenvolvimento do fenômeno da pichação se deu sem maiores intercorrências na cidade ao longo dos anos 1990s e 2000s, a não ser pela crescente popularidade e pelas marcas ubíquas deixadas pelos pichadores por toda a cidade. Mas a pichação está longe de ser uma unanimidade. Trata-se de prática contestada por grande número de cidadãos e membros do poder público, sendo considerada por muitos uma forma de poluição visual, enquanto o Estado a considera crime ambiental. Mas a tolerância em relação à pichação ganhou novos contornos tão logo a Federação Internacional de Futebol (FIFA) anunciou que Belo Horizonte seria uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, em maio de 2009.

Influenciado por este contexto e visando mitigar a prática da pichação na cidade, o ex prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, implementou o "Movimento Respeito por BH" como parte integrante do plano de governo do seu primeiro mandato (2009-2012). Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte (2010), o Movimento foi inspirado na Teoria das Janelas Quebradas, derivada de estudos realizados na Universidade de Stanford (EUA). De acordo com a teoria, o descaso com a deterioração dos espaços urbanos e a quebra de códigos de convivência tornaria o ambiente propício à ocorrência de delitos. Desta forma, o principal objetivo do "Movimento" seria organizar os espaços públicos de Belo Horizonte para que fossem utilizados de forma adequada, fazendo valer o código de posturas do munícipio entre outras legislações, principalmente aquelas relacionadas ao meio ambiente.

Além de contar com todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o "Movimento" também foi apoiado e protagonizado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), o Ministério Público Estadual (MPMG), a Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dosAdvogados do Brasil (OAB), além de setores da iniciativa privada. Todas as entidades envolvidas trabalham em torno da execução de estratégias que visavam erradicar a pichação por meio da repressão qualificada, sensibilização e práticas de despiche. A repressão qualificada baseou-se no vídeo-monitoramento, com o intuito de inibir a prática da pichação e identificar seus autores; a sensibilização buscou traçar o perfil do pichador no afã de redirecioná-lo para atividades de caráter cultural; sendo que o despiche representava a limpeza de muros e fachadas, por meio da articulação entre os empresários, associações civis e as regionais municipais da PBH (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2010).

Com a implementação do Movimento Respeito por BH, a Polícia Civil de Minas Gerais acua os pichadores dando início à Operação BH Mais Limpa, que culminou na prisão de 12 pichadores no mês de junho de 2010. Dentre os detidos seis eram menores de idade. Esses indivíduos vinham sendo investigados pela polícia desde o ano de 2007, sendo que sete deles eram suspeitos de pichar o Obelisco da Praça Sete de Setembro em maio de 2009, um dos principais

símbolos de Belo Horizonte. No processo de aprisionamento, latas de tinta, *sprays*, computadores e cadernos foram arrestados.

De acordo com o jornal Folha de São Paulo (2010), dando continuidade à operação, em agosto de 2010 mais seis pessoas foram indiciadas e detidas em suas residências. Desta feita, foram priorizados os integrantes do grupo de pichadores "Piores de Belô", uma das grifes mais atuantes na cidade.

Em resposta às prisões registrou-se na internet um manifesto denominado "Somos todos piores de Belô", no qual internautas simpatizantes da prática da pichação condenaram o Movimento Respeito por BH, protestando contrariamente à perseguição aos pichadores, considerada ação de natureza conservadora, fruto da associação entre a tradicional família mineira e o capital imobiliário (PRAÇA LIVRE BH, 2010). De acordo com o manifesto, a repressão aos pichadores ganhou peso na cidade devido ao anúncio da Copa do Mundo no Brasil, que gerou a criação de políticas públicas imediatistas, autoritárias e higienistas. Ao final pede-se que os leitores se solidarizem com a liberdade de expressão proporcionada pela pichação.

Outro evento de projeção foi a pichação da estátua do Cristo Redentor do Barreiro, localizada no bairro Milionários, em junho de 2012. Segundo o portal de notícias G1 (2012), guardas municipais flagraram dois indivíduos durante a madrugada pichando o monumento. A mensagem pichada era composta pelo número 49, o nome "Ronadinho" e duas siglas: BM e PVL. O nome pichado referia-se ao jogador Ronaldinho, que havia sido contratado à época pelo Clube Atlético Mineiro e cujo uniforme ostentava o número 49. Já as siglas grafadas, uma fazia alusão à *grife* de um dos autores da pichação (PVL- Pindorama Vida Louca), sendo que "BM" significa "best minas", auto-empregada por um dos pichadores, considerado na cena da pichação como experiente e consagrado.

Entre 2013 e 2014 Belo Horizonte foi palco de diversas manifestações contra a realização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). Dentre os motivos das manifestações figuravam os gastos públicos com reformas de estádios de futebol, em detrimento de serviços públicos de qualidade, sobretudo nas áreas de educação, saúde e transporte. Contrariando as expectativas do poder público local, que se empenhava em despichar a cidade para a recepção dos jogos, as manifestações redundaram em uma onda de pichações de cunho político nos muros, fachadas e viadutos do centro da cidade e dos corredores que dão acesso ao estádio do Mineirão, com críticas ao governo, à Polícia Militar e à FIFA.

Ainda como efeito das manifestações e como forma de retaliação contra a repressão aos pichadores, em outubro de 2014 a fachada da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa foi pichada. O ato gerou revolta em parte da população de Belo Horizonte, uma vez o comado da Polícia Militar fica

ao lado da Biblioteca, evidenciando a ousadia dos responsáveis pela pichação (Estado de Minas, 2014).

Segundo o portal de notícias G1 (2016) os dois autores das pichações na Biblioteca Estadual foram condenados em abril de 2016, sendo que o autor principal recebeu uma pena de oito anos, seis meses e dez dias, de reclusão em regime inicialmente fechado e pagamento de R$ 25 mil reais. O coautor do crime teve pena estipulada em dois anos, sete meses e 15 dias, em regime inicialmente aberto, além de pagar a quantia de R$ 20 mil reais.

Em maio de 2015 a Polícia Militar de Minas Gerais em parceria com o Ministério Público deu início à Operação *Argos Panoptes*, cujo principal objetivo foi realizar o combate às pichações em edificações e patrimônios públicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com o Ministério Público de Minas Gerais, foram expedidos 19 mandados de busca e apreensão, que geraram sete aprisionamentos e doze mandados de condução coercitiva. Além dessas ações, também foram confiscados diversos materiais utilizados pelos pichadores (POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2015).

Contrapondo a crescente repressão, em março de 2016 deu-se a pichação de um dos principais cartões postais da cidade, a Igreja de São Francisco de Assis, mais conhecida como Igrejinha da Pampulha. A pichação do bem tombado ganhou grande evidência nos veículos de comunicação locais, inflamando a polêmica em torno da pichação. Em abril daquele ano, por meio de uma operação envolvendo a Polícia Civil, Polícia Militar e Ministério Público, foi cumprido um mandado de prisão contra um dos suspeitos do ato, cuja inscrição não se tratava de um protesto, ou de uma manifestação de cunho ideológico ou político, mas da prática de *tagging* (G1, 2016).

Em resposta a essas prisões, em maio de 2016 o movimento *Pixo Livre* divulgou uma carta aberta à população, com o objetivo de denunciar a arbitrariedade da polícia na perseguição dos pichadores de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

> A banalização do uso da prisão preventiva contra esse público visa deslegitimar o movimento cultural, estético e político que é a pichação, colocando-a como um dos maiores problemas da cidade. Sempre se fala, como forma de justificar punições, sobre os dispêndios do poder público municipal com a limpeza dos muros. Tais gastos jamais foram discutidos e jamais foram transparentes. Multas por pixo em BH chegam a 15000 reais, e não se sabe por que se cobra tão alto, nem mesmo pra onde esse valor é encaminhado. [...] Propõe-se, desde já, construirmos uma mesa permanente de diálogo sobre as culturas e artes urbanas na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de apresentar esses universos às autoridades e à sociedade belo-horizontina. (Movimento Pixo Livre, 2016).

O movimento defendeu a pichação como uma prática cultural, estética e política, sendo que em carta aberta incitou a promoção de manifestações nas ruas do centro de Belo Horizonte contra a criminalização da pichação e a prisão de um dos seus integrantes. Os manifestantes trouxeram à

tona a impunidade dos responsáveis pelo crime ambiental ocorrido na cidade de Mariana[9], em novembro de 2015, fato que evidencia a flagrante inconsistência na repressão aos crimes ambientais no estado (Figura 6).

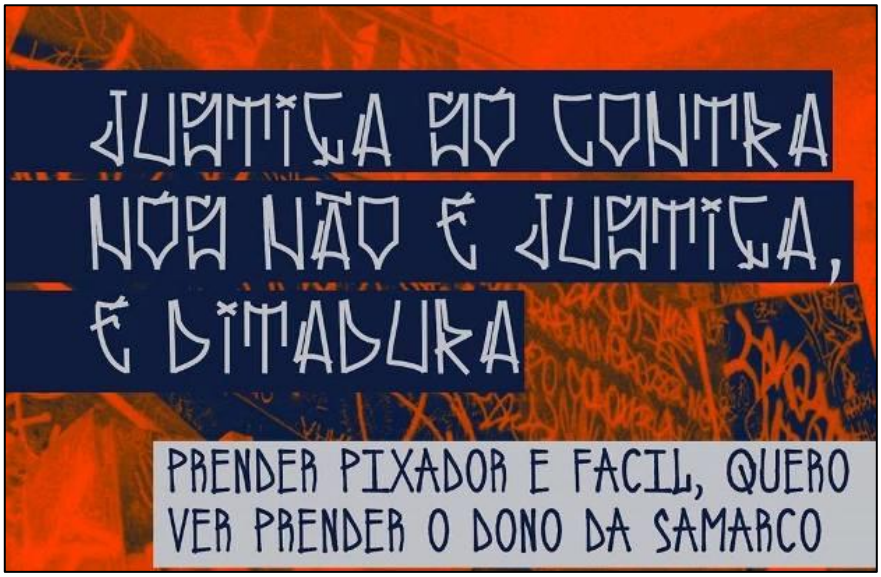


Figura 6 – Manifesto contra a criminalização do picho.

Fonte: Esquerda Diário, 2016.

Em mais um episódio do embate entre o poder público local e os pichadores, cabe destacar a sanção à Lei Municipal nº 10.931, em 17 de junho de 2016, que tem o objetivo de rastrear e identificar os pichadores de Belo Horizonte. A partir de sua publicação, os estabelecimentos que comercializam tintas do tipo aerossol em Belo Horizonte foram obrigados a adotar um sistema de identificação do comprador. As informações fornecidas nessas transações comerciais deverão compor um banco de dados a ser mantido pelo estabelecimento e apresentado aos agentes fiscalizadores (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2016).

Mas nesta altura cabe destacar que o poder público contou ao longo de toda essa batalha com um poderoso aliado: a grande mídia. Ao longo dos últimos anos o tratamento dispensado pelos grandes veículos de comunicação à pichação vem apresentando uma conotação eminentemente negativa e recriminadora. Um exemplo é a reportagem realizada pelo jornal Estado de Minas em janeiro de 2015, na qual a pichação é retratada como uma “praga urbana”, por se tratar de ato criminal com significativos prejuízos para a cidade, sendo altos os valores gastos na higienização das áreas pichadas. (LOPES, 2015).

[9] O crime ambiental foi gerado pelo rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco, que devastou distritos e municípios, destruiu vegetação nativa e poluiu a bacia do Rio Doce, além de causar 19 mortes.

5. PICHAÇÃO NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE

Visando identificar os efeitos da cruzada higienista contra os pichadores estabelecida em Belo Horizonte ao logo dos últimos anos, a primeira evidência que trazemos dá conta de que apesar de todo o esforço do poder público local, as pichações catalogadas na área de estudo, que em 2011 somavam 2.564, chegaram a 2.998 em 2015, representando uma expansão de 16,5% (tabela 1). Além disso, as políticas repressivas não alteraram de forma significativa a natureza das inscrições, sendo que a grande maioria delas tinha como objetivo a demarcação territorial, baseada na aplicação das assinaturas dos pichadores nos diversos suportes urbanos (muros, fachadas, portas, etc.).

Tabela 1 – Natureza das pichações

Natureza da pichação	Ano		Total
	2011	2015	
Política	16 (0,6%)	15 (0,5%)	31 (0,6%)
Marcação de território	2.548 (99,4%)	2.982 (99,5%)	5.530 (99,4%)
Outras	0 (0%)	1 (0%)	1 (0%)
Total	2.564 (100%)	2.998 (100%)	5.562 (100%)
Chi-quadrado 1,236 (0,539)			

Fonte: Dados da pesquisa, 2011 e 2015.

As edificações foram os locais onde houve a maior concentração de pichações nos dois momentos analisados (tabela 2), sendo que os monumentos e equipamentos públicos juntos não somaram nem 2% do conjunto de inscrições. No entanto, a análise estatística indica uma ligeira alteração entre as categorias em questão, tendo sido notória a expansão da proporção de pichações em equipamentos públicos (bancas de revista, orelhões, bancos, etc.). Tendo em vista o crescente monitoramento e a higienização periódica de edificações públicas e privadas, bem como de monumentos em função da realização dos grandes eventos, notou-se, portanto, uma pequena alteração no comportamento dos pichadores que teriam buscado alvos menos arriscados, como os equipamentos urbanos.

Tabela 2 – Locais pichados

Local	Ano		Total
	2011	2015	
Edificação	2.538 (99,0%)	2.943 (98,2%)	5.481 (98,5%)
Monumento	3 (0,1%)	1 (0%)	4 (0,1%)
Equipamento urbano	23 (0,9%)	54 (1,8%)	77 (1,4%)
Total	2.564 (100%)	2.998 (100%)	5.562 (100%)
Chi-quadrado 9,6 (0,008)			

Fonte: Dados da pesquisa, 2011 e 2015.

A área de estudo coincide com a maior centralidade de Belo Horizonte, onde se faz presente um importante conjunto de edificações que desempenham múltiplas funções e abrigam distintas formas de uso. Coexistem no hipercentro de Belo Horizonte imóveis voltados a atividades comerciais, financeiras, administrativas, prestadoras de serviços diversos e residenciais. Buscando avaliar a relação entre a evolução das pichações e a natureza dessas edificações, constatou-se que tanto em 2011 quanto em 2015 os prédios comerciais foram os mais pichados (64%), fato esperado, dada a concentração de imóveis voltados a esta função no hipercentro da cidade (tabela 3). No entanto, vale destacar que das pichações catalogadas, 14,2% usavam como suporte prédios públicos, percentual que caiu sensivelmente em 2015, chegando a 2,6%. Em contrapartida, os prédios residenciais passaram ostentar crescente número de pichações. Nota-se aqui um dos efeitos mais evidentes das políticas anti-pichação adotadas pelo poder público local, que ao gerar maior vigilância e limpeza de edificações públicas, fez com que os pichadores passassem a contemplar edifícios residenciais, alvos que não contavam com a mesma atenção ou os mesmos recursos disponíveis à proteção de prédios públicos.

Tabela 3 – Tipos de edificações pichadas

Edificação	Ano		Total
	2011	2015	
Prédio Comercial	1.640 (64 %)	1.919 (64,1%)	3.559 (64%)
Prédio Residencial	84 (3,3%)	283 (9,4%)	367 (6,6%)
Prédio Desocupado	237 (9,2%)	270 (9%)	507 (9,1%)
Prédio Público	364 (14,2%)	79 (2,6%)	443 (8%)
Casa	46 (1,8%)	0 (0%)	46 (0,8%)
Museu	1 (0%)	26 (0,9%)	27 (0,5%)
Igreja	22 (0,9%)	18 (0,6%)	40 (0,7%)
Estacionamento	128 (5%)	301 (10,1%)	429 (7,7%)
Outros	42 (1,6%)	99 (3,3%)	141 (2,5%)
Total	2.564 (100%)	2.995 (100%)	5.559 (100%)
Chi-quadrado 446,902 (0,001)			

Fonte: Dados da pesquisa, 2011 e 2015.

Nos dois momentos analisados, os pichadores demonstram uma predileção pelos muros e fachadas dos prédios (93,8% em 2011; e 78,3% em 2015) (tabela 4). Mas nota-se aqui outra evidência da mudança no comportamento dos pichadores face à crescente repressão. Em 2015, houve expressivo incremento na proporção de pichações realizadas em portas, janelas e portões, fato que indica que as pichações foram realizadas no período em que os estabelecimentos comerciais e prestadores e serviço encontravam-se fechados, portanto sem o testemunho de transeuntes e longe da agitação inerente à atividade.

Tabela 4 – Local pichado na edificação

Local na edificação	Ano		Total
	2011	2015	
Calçada	1 (0%)	0 (0%)	1 (0%)
Pilastra	30 (1,2%)	43 (1,4%)	73 (1,3%)
Porta de loja	101 (3,9%)	513 (17,1%)	614 (11%)
Janela	0 (0%)	69 (2,3%)	69 (1,2%)
Portão	20 (0,8%)	27 (0,9%)	47 (0,8%)
Muro	2.406 (93,8%)	2.346 (78,3%)	4.752 (85,4%)
Outros	6 (0,2%)	0 (0%)	6 (0,1%)
Total	2.564 (100%)	2.998 (100%)	5.562 (100%)
Chi-quadrado 324,683 (0,001)			

Fonte: Dados da pesquisa, 2011 e 2015.

A pichação é uma prática relacionada aos riscos e à ousadia envolvidos em sua materialização, fato que gera uma valoração hierárquica dessas marcas urbanas, determinada, em grande medida, pela visibilidade que têm na paisagem urbana, e, sobretudo, pela dificuldade de acesso aos locais pichados. A tabela 5 traz a posição das pichações nos edifícios. Nota-se que nos dois momentos analisados as pichações realizadas no nível do olhar são as mais significativas, tendo, inclusive, ampliado a sua proporção em 2015. Na mesma direção expandiram as pichações no nível do solo, enquanto as pichações realizadas no nível das marquises, mais valorizadas pelos pichadores por envolvem maiores riscos, perderam força. No topo da hierarquia das pichações encontram-se aquelas realizadas na parte mais alta dos edifícios, que não sofreram alteração no seu grau de incidência no período em questão. Tem-se aqui outra clara evidência dos efeitos das políticas de repressão à pichação, que fizeram com que os pichadores passassem a realizar numa intensidade maior pichações menos valorizadas no nível do olhar e do solo, mas que podem ser executadas com maior rapidez, permitindo, ainda, fuga imediata de possíveis ameaças (policiais, seguranças privados, membros de grupos rivais, cidadãos indignados, etc.).

Tabela 5 – Altura da pichação na edificação

Altura na edificação	Ano		Total
	2011	2015	
Nível do solo	54 (2,1%)	184 (6,1%)	238 (4,3%)
Nível do olhar	1.112 (43,4%)	1.457 (48,6%)	2.569 (46,2%)
Marquise	1.049 (40,9%)	957 (31,9%)	2.006 (36,1%)
Topo da edificação	348 (13,6%)	399 (13,3%)	747 (13,4%)
Outros	1 (0%)	1 (0%)	2 (0%)
Total	2.564 (100%)	2.998 (100%)	5.562 (100%)
Chi-quadrado 91,735 (0,001)			

Fonte: Dados da pesquisa, 2011 e 2015.

A tabela 6 agrupa os materiais empregados na prática da pichação, indicando a prevalência do *spray* aerossol, que teve a sua importância ampliada em 20% entre 2011 e 2015. Por sua vez, o segundo material mais utilizado (rolinho) apresentou queda significativa em sua participação. Este fato representa outra importante mudança no *modus operandi* dos pichadores de Belo Horizonte em face à crescente intolerância relacionada à prática. A preferência pelo *spray* decorre da maior agilidade, rapidez e facilidade conferida pelo material no momento da pichação, bem como do fato de o material ser facilmente ocultado mediante ameaça ou risco. Condição diversa se observa com a técnica do rolinho, que implica o transporte de latas de tinta, cabos extensores (de madeira ou metal), além do rolo de pintura, que não só demanda maior técnica por parte dos pichadores, mas que também dificulta a dissimulação do material.

Tabela 6 – Material empregado nas pichações

Material empregado	Ano		Total
	2011	2015	
Spray Aerosol	1.765 (68,8%)	2.519 (84%)	4.284 (77%)
Borrifador	0 (0%)	24 (0,8%)	24 (0,4%)
Rolinho	775 (30,2%)	436 (14,5%)	1.211 (21,8%)
Marcador	0 (0%)	19 (0,6%)	19 (0,3%)
Outros	4 (0,2%)	0 (0%)	4 (0,1%)
Canetão	11 (0,4%)	0 (0%)	11 (0,2%)
Bisnaguinha	9 (0,4%)	0 (0%)	9 (0,2%)
Total	2.564 (100%)	2.998 (100%)	5.562 (100%)
Chi-quadrado 262,337 (0,001)			

Fonte: Dados da pesquisa, 2011 e 2015.

Como se viu na parte introdutória deste artigo, a pichação emprega em sua complexa trama de significados estéticas e caligrafias distintas, tendo sido encontrados nas ruas do hipercentro de Belo Horizonte os estilos carioca, paulista e mineiro. O exame da tabela 7 evidencia que em 2011 predominava o estilo mineiro (75,4%), sendo que em 2015, em que pese o estilo ter permanecido em evidência, o mesmo perdeu participação, passando a contabilizar 71,6% do conjunto de pichações catalogadas. Também é evidente a influência do estilo paulista, que constitui o segundo mais importante, com proporção ascendente no período em questão. Esta expansão pode estar relacionada à consolidação da cultura da pichação em São Paulo, onde vêm sendo produzidos diversos materiais audiovisuais e impressos sobre a cena, fato que pode estar influenciando o estilo dos pichadores de Belo Horizonte.

Tabela 7 – Estilos das pichações

Estilo da pichação	Ano		Total
	2011	2015	
Carioca	15 (0,6%)	94 (3,1%)	109 (2%)
Paulista	610 (23,8%)	758 (25,3%)	1.368 (24,6%)
Mineiro	1.933 (75,4%)	2.146 (71,6%)	4.079 (73,3%)
Outros	6 (0,2%)	0 (0%)	6 (0,1%)
Total	2.564 (100%)	2.998 (100%)	5.562 (100%)
Chi-quadrado 56,873 (0,001)			

Fonte: Dados da pesquisa, 2011 e 2015.

Cabe destacar outro aspecto carregado de simbolismo relacionado à prática da pichação, qual seja a observância do respeito às marcas deixadas por outros pichadores, sendo raros os episódios em que "atropelos" ou sobreposições de uma marcação a outra foram registrados. Tais sobreposições são indicativas de rixas e/ou conflitos abertos entre pichadores ou grupos de pichadores, sendo consideradas entre os iniciados como ato de agravo. Belo Horizonte não foge à regra, sendo possível observar na tabela 8 que quase a integralidade das pichações catalogadas em 2011 e 2015 não apresentavam superposição.

Tabela 8 – Superposição de pichações

Superposição	Ano		Total
	2011	2015	
Sobreposto	10 (0,4%)	4 (0,1%)	14 (0,3%)
Subposto	39 (1,5%)	2 (0,1%)	41 (0,7%)
Sem superposição	2.515 (98,1%)	2.992 (99,8%)	5.507 (99%)
Total	2.564 (100%)	2.998 (100%)	5.562 (100%)
Chi-quadrado 43,679 (0,001)			

Fonte: Dados da pesquisa, 2011 e 2015.

5.1. Dinâmica Espacial

Uma vez identificados os efeitos das políticas repressivas no processo de pichação, voltamos agora para a análise dos impactos de tais medidas na distribuição espacial e na demarcação territorial do hipercentro de Belo Horizonte. Conforme descrito por Diniz, Ferreira e Alcântara (2015) as pichações apresentavam-se irregularmente distribuídas na área de estudo em 2011, sendo numerosos os quarteirões onde não se encontravam quaisquer *tags*. Essas quadras abrigavam equipamentos urbanos que passavam por manutenção ou revitalizações constantes, caso dos cartões-postais Minas Centro, Mercado Central e Praça da Estação. Os autores também destacaram os quarteirões com intensa movimentação de pessoas, ou, ainda aqueles com vigilância permanente como sendo áreas com baixa incidência de pichações, tais como a zona boêmia de Belo Horizonte,

em especial os quarteirões onde se encontram os prostíbulos da Rua Guaicurus e São Paulo (mapa 1). Por sua vez, quarteirões que contavam com edifícios abandonados, além do entorno imediato do local de realização do evento cultural Duelo de MCs[10], destacavam-se com o maior número de pichações.

Comparando-se os mapas de 2011 e 2015, algumas mudanças espaciais são evidentes. Primeiramente, nota-se que um maior número de quarteirões encontra-se pichado. Na verdade quase a integralidade dos blocos de ruas no hipercentro encontra-se marcado pelos pichadores, fato que revela a baixa eficiência das políticas repressivas adotadas pelo poder público local. Outro aspecto notório é a maior concentração das pichações na parte norte do hipercentro, locais onde circula um maior número de veículos e pessoas e para onde convergem importantes vetores da rede transporte público local: a rodoviária, com linhas de ônibus interestaduais e intermunicipais; duas estações do metrô de superfície (Central e Lagoinha); quatro estações BRT MOVE de transferência municipal (Carijós, Tamoios, São Paulo e Rio de Janeiro) e duas de transferência metropolitana (Tupinambás e Espírito Santo); além de um sem número de pontos de ônibus regulares e de taxi (mapa 2).

Destaque-se, ainda, a quase total ausência de recorrência dos quarteirões mais e menos pichados em 2011 e 2015. Trata-se de fenômeno cujas causas são múltiplas, podendo estar relacionadas às políticas higienistas e repressivas do picho; às dinâmicas próprias do mercado imobiliário, que passou por forte valorização no período em questão; às alterações na circulação e na oferta de transporte público no hipercentro; etc.

Porém, não escapou a nossa atenção a manutenção de três quarteirões sem qualquer marcação territorial tanto em 2011, quanto em 2015: o quarteirão que coincide com a sede da Região Integrada de Segurança Pública, que funciona na Praça Rio Branco; o quarteirão que abriga a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; e o quarteirão onde se encontra o Shopping popular Oiapoque. Do ponto de vista funcional esses quarteirões cumprem papéis muito diferentes na cidade (segurança pública, administração pública e comércio popular), no entanto eles têm em comum a forte e constante vigilância, garantida pela presença diuturna de policiais civis e militares, no caso da RISP; da guarda municipal, no caso da PBH; e de seguranças privados no caso do Shopping popular Oiapoque.

Dentre as quadras com alto índice de pichações tanto no ano de 2011 quanto em 2015, destacam-se aquelas localizadas no entorno do Viaduto Santa Tereza, local onde se realizam diversos eventos culturais, como o já referido duelo de MC's. Por ser um local de grande representatividade cultural e grande afluência de jovens e adultos simpáticos ao universo *writer*,

[10] Evento semanal promovido por artistas do hip hop, realizado às noites de sexta-feira sob o viaduto Santa Tereza, desde agosto de 2007.

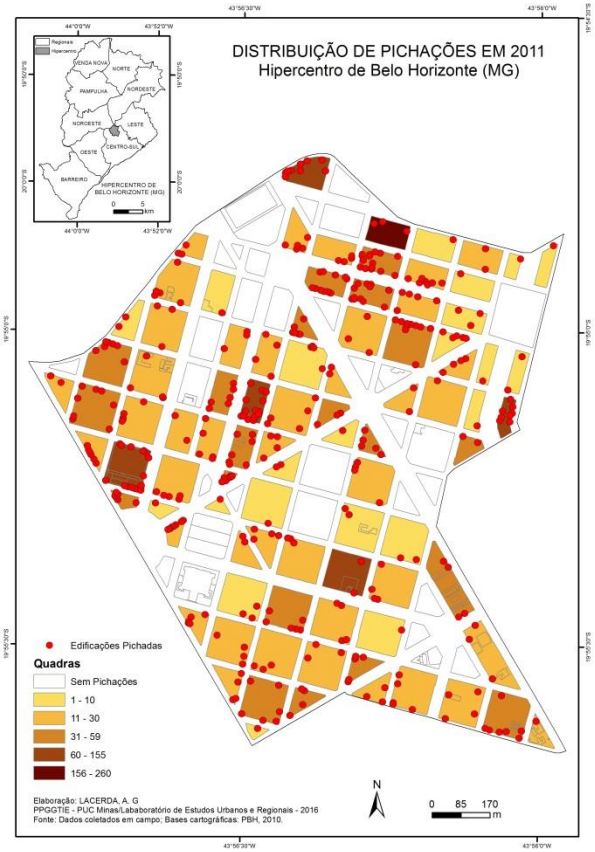
nota-se expressivo número de pichações nos edifícios locais, onde marcas individuais e de grifes de pichadores são encontradas em profusão.

Por fim, merecem destaque três áreas do hipercentro que passaram pelo maior crescimento no número de pichações entre 2011 e 2015. Primeiramente, o quarteirão na confluência das ruas Espírito Santo e Carijós, onde funciona a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Trata-se, provavelmente, de uma resposta da comunidade de pichadores, revoltada com a postura leniente do Estado em relação ao crime ambiental da Mineradora Samarco em Mariana, contrastada com a dureza com a qual a pichação, também enquadrada na lei de crimes ambientais, vinha sendo tratada em Belo Horizonte, tendo vários pichadores sido detidos ou levados à justiça coercitivamente. A presença física e simbólica da mencionada secretaria estadual pode ter motivado um ataque em massa das edificações próximas em sinal de revanchismo ou protesto.

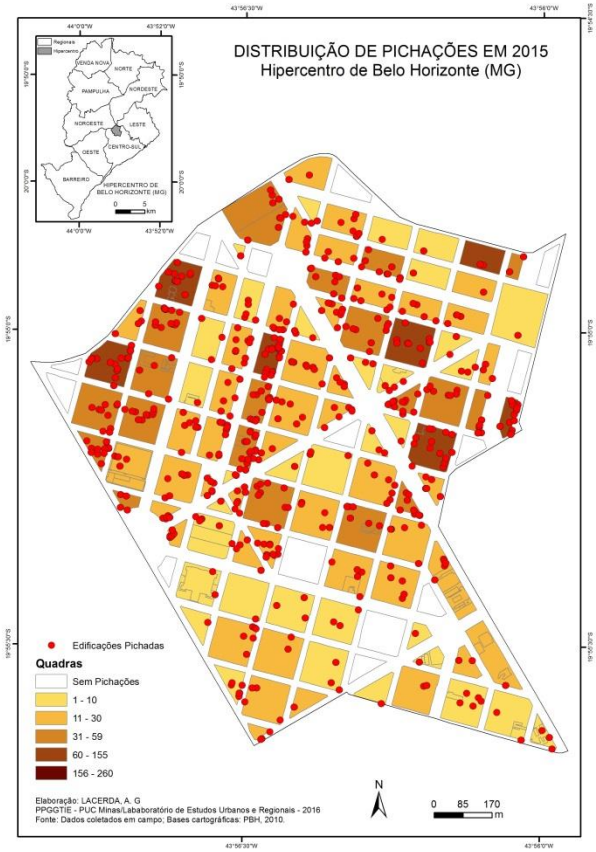
Em preparação para os grandes eventos Copa das Confederações e Copa do Mundo a cidade de Belo Horizonte introduziu uma série de medidas que visavam melhorar a acessibilidade ao estádio de futebol, fato que teve implicações no transporte público local. A principal delas foi a adoção do sistema de Transporte Rápido por Ônibus, alcunhado MOVE, que é baseado em um conjunto de pistas exclusivas e estações de integração e transferência, que articulam diversas áreas da cidade ao centro de Belo Horizonte.

O sistema, inaugurado em 2014, gerou mudanças substantivas na circulação de pessoas e veículos no hipercentro de Belo Horizonte. Uma das estações MOVE foi implantada em uma das áreas que experimentou o maior crescimento no número de pichações entre 2011 e 2015: a Av. Paraná, entre Tupis e Caetés. Pode-se especular que a conjunção de uma maior população flutuante, fato que confere maior visibilidade às pichações, juntamente a constatação empírica de que vários pichadores residem em bairros periféricos e dependem de transporte público poderia explicar o crescimento no número de pichações nesse recorte da cidade (ISNARDIS, 1995 e 1997). A Av. Olegário Maciel entre as ruas Tupinambás e Caetés, também experimentou intenso crescimento no número de pichações no período em questão.

Mapa 1 – Distribuição de pichações em 2011



Mapa de distribuição de pichações 2015



Fonte: Dados da pesquisa

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apropriação concreta ou abstrata do espaço, agentes realizam um esforço, um trabalho, deixando marcas e adaptando o espaço às suas necessidades e interesses, portanto, territorializando-o (RAFFESTIN, 2009). Neste sentido, o território é um produto social, que contem formas e relações materiais e imateriais, práticas de apropriação e dominação (SAQUET, 2009:91), que polarizam atores hegemônicos e hegemonizados, em sua dialética e dinâmica construção (SANTOS ET AL, 2000). A territorialidade corresponde, portanto, ao poder exercido, cujas finalidades contemplam aspectos diversos (HAESBAERT, 2007).

O hipercentro de Belo Horizonte é empregado pelos pichadores como um espaço de comunicação, onde mensagens subversivas à ordem são inscritas, representando marcas de contraposição, formas de protesto contra frustrações, exclusão social e toda sorte de discriminação. A pichação representa, portanto, uma prática social que atribui novos sentidos aos espaços urbanos, constituindo-se na territorialidade dos pichadores. Mas além de ser uma forma contra-hegemônica de expressão, a pichação traz, ainda, um forte componente identitário. Os pichadores buscam visibilidade, ainda que vivam no anonimato urbano, exercitando com as suas *tags* o direito à

diferença (YABUSHITA; MARTINS, 2006). Na pichação, o indivíduo deixa de ser estudante, office-boy, desempregado, suburbano, abandonando a condição de cidadão inexpressivo conferido pelos valores hegemônicos da sociedade, para tornar-se uma celebridade, uma pessoa renomada, distinta e importante (ISNARDIS, 1997). Portanto, do ponto de vista identitário e simbólico as pichações são signos que rompem com padrões estéticos instituídos, a partir de uma linguagem agressiva, contestatória e de autoafirmação (MARTINS, 2017).

Na conflituosa relação entre poder público e pichadores, o território do hipercentro ganha múltiplos sentidos. Para os atores hegemônicos (Estado, mercado imobiliário, capital financeiro, etc.), o território representa controle físico, valor de troca, perspectiva de lucro e fonte de recursos, cuja manutenção é exercida pelas normas legais e pelo aparato repressivo. Para os pichadores (atores hegemonizados), os muros e fachadas do hipercentro representam um abrigo e a garantia de sua existência material e simbólica. Portanto, tomadas no seu conjunto, as pichações representam o exercício da territorialidade, formas não hegemônicas de manifestação de poder impressas na paisagem do hipercentro de Belo Horizonte por parte de grupos excluídos. Com a pichação novos territórios são criados - territórios de contestação e de resistência contra a ordem estabelecida pela cidade desigual, injusta, ambígua e contraditória (MONDARDO; GOETTERT, 2008).

O embate entre pichadores e o poder público de Belo Horizonte está longe de encerrar aqui. A trajetória pregressa prenuncia que dada a crescente popularidade e força de movimentos culturais juvenis que têm na pichação uma forma de manifestação legítima, as pichações continuarão a fazer parte da paisagem urbana da cidade. Como se viu, a crescente repressão do poder público à prática só fez acirrar antagonismos e revoltas, incitando por vias tortas o ato de pichar. A grande mídia, por sua vez, ao dispensar atenção, muitas vezes sensacionalista, a atos específicos, como a pichação de cartões postais da cidade, termina por espicaçar ainda mais o ânimo daqueles que buscam na pichação uma forma de projeção e destaque social.

Diante da natureza intrinsecamente rebelde e marginal e o conteúdo subversivo e contestador de suas mensagens, é ilusória qualquer tentativa de cerceamento de pichadores ou pichações enquanto a natureza excludente, desigual e injusta da cidade permanecer. O exemplo de Belo Horizonte revelou que criminalizar a pichação e perseguir pichadores não impediu a expansão do fenômeno. O máximo que o conjunto de práticas restritivas à pichação obteve foram alterações em relação aos suportes empregados, à posição das pichações nesses suportes e os materiais empregados na prática das pichações. Como efeito colateral, as práticas restritivas comandadas pela PBH aparentam ter catalisado formas mais eficientes de demarcação territorial, com a adoção de recursos e técnicas que tornaram o ato de pichar mais célere e menos arriscado.

Por outro lado, por meio de leis e incentivos, algumas administrações municipais em outras partes do Brasil perceberam que não podem vencer a luta contra a pichação e vêm trabalhando em

conjunto com os *writers* na concessão de espaços físicos ou apoio financeiro. Deste modo, ao invés de empregar recursos na limpeza constante e inócua da paisagem urbana, que, seguramente voltaria a ser pichada, a via do diálogo e da cooperação pode ser mais profícua (GOHL; FORT, 2016). A própria PBH desenvolveu experiência exitosa de aproximação com os pichadores com o Projeto Guernica no início dos anos 2000. Tratou-se de uma política pública baseada no reconhecimento de que a pichação era tida pelos jovens como uma escrita necessária, e que se propunha a abrir o debate e estabelecer ações que ampliavam as alternativas disponíveis aos pichadores de inserção e expressão na cidade. A política pública oferecia oficinas que enfatizavam outros suportes para a escrita e a arte, além de uma série de seminários, palestras e uma campanha na rede escolar. O Projeto colheu frutos significativos durante a sua vigência, com a ampliação concreta de possibilidades de escrita e um maior respeito entre os participantes da memória social (LODI et al.,, 2004).

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Lei n° 10.931, de 17 de junho de 2016. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, ano 22, n. 5069. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1164394>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BH mais limpa: Operação contra pichadores prende 12. O Tempo, Belo Horizonte, 17 jun. 2010. Cidades. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/opera%C3%A7%C3%A3o-contra-pichadores-prende-12-1.236949>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 65, institui que pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano culminara em detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 fev. 1998.

BRASIL. Lei n° 12.408 de 25 de maio de 2011. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Institui que fica proibida a comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol em todo o território nacional a menores de 18 (dezoito) anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 mai. de 2011.

CANCLINI, Néstor García**. Culturas híbridas**. 3. Ed. Mexico: Grijalbo, 1990. 416 p.

CARVALHO, Rodrigo Amaro de. Caligrafia Urbana: práticas simbólicas, sociabilidades e criminalização da pichação em São Paulo. **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 120-139, 2011.

CARVALHO, Rodrigo Amaro de. **Entre prezas e rolês [manuscrito]: pixadores e pixações de / em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; FERREIRA, Rodrigo Guedes Braz; ALCÂNTARA, Sérgio Alves. Pichação, paisagem e território no hipercentro de Belo Horizonte. **Caderno de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, p. 85-103, 2015.

DOIS são condenados por pichar biblioteca pública e estátuas em BH. G1, Belo Horizonte, 13 abr. 2016. Disponível em: < http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/04/dois-sao-condenados-por-pichar-biblioteca-publica-e-estatuas-em-bh.html>. Acesso em: 18 abr. 2017.

FURTADO, Janaina Rocha; ZANELLA, Andréa Vieira. Graffiti e cidade: sentidos da intervenção urbana e o processo de constituição dos sujeitos. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 9, n.4, p. 1279-1302, 2009.

GOHL, Fernando César; FORT, Mônica Cristine. Conflitos urbanos: grafite e pichação em confronto devido à legislação repressiva. **Revista Logos: Comunicação e Universidade**, v.23, n.2, p. 16-36, 2016.

GONTIJO, Mariana Fernandes. **A cultura do grafite**: por um direito das ruas. 2 ed. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2015. 144p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap. 5, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Periódicos Científicos UFRGS**, Porto Alegre, v. 12, n.4, p. 1-20, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 15, n. 17, p. 19-46, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da população de Belo Horizonte.** Censo, 2000. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/populacao.php?codmun=310620&search=%7C%7Cinphographics:-demographic-evolution-and-age-pyramid&lang=>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ISNARDIS, Andrei. **Pichações e pichadores na cidade de Belo Horizonte**. 1995. 70 f. Monografia (Trabalho de Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

ISNARDIS, Andrei. Pinturas rupestres urbanas: uma etnoarqueologia das pichações em Belo Horizonte. **Revista de Arqueologia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 143-161, 1997.

LODI, M. I. H.; CASTRO, M. M.; VALE, J. M.C.; PIMENTEL, M. E. A. P. O projeto guernica da prefeitura de Belo Horizonte: nova abordagem da pichação e do grafite na cidade. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2., 2004, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 1-8.

LOPES, Valquiria. **Belo Horizonte entra na rota de pichadores e de outros estados**. Estado de Minas, Belo Horizonte, 09 jan. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/01/09/interna_gerais,606207/bh-entra-na-rota-de-pichadores-de-sao-paulo-e-de-outros-estados.shtml> . Acesso em: 13 dez. 2016.

MARTINS, Júnia. Cinza nos muros: gerenciamento da produção de grafite e criminalização da pichação na cidade de São Paulo. In: Folkcomunicação, Cidadania e Inclusão Social no Contexto das Rurbanidades. XVIII., 2017, Recife. **Anais...** Recife: Rede Folkcom, 2017. p. 1-15.

MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Territórios simbólicos e de resistência na cidade: grafias da pichação e do grafite. **Revista Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n.2, p. 293-308, 2008.

OPERAÇÃO cumpre mandados por pichação na Igrejinha da Pamulha: suspeito já ouvido foi preso pela Polícia Civil. G1**,** Belo Horizonte, 07 abr. 2016. Disponível em: < http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/04/suspeito-de-pichar-igrejinha-da-pampulha-e-preso-diz-policia.html>. Acesso em: 13 dez. 2016.

PEREIRA, Alexandre. Barbosa . As marcas da cidade: a dinâmica da pichação em São Paulo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 1, n. 79, p. 143-162, 2010.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo**. 2005. 127 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PICHAÇÃO de cunho político toma conta de Belo Horizonte: após protestos de junho, críticas a Copa do Mundo e aos governantes dão o tom nas ruas. O Tempo, Belo Horizonte, 02 mar. 2014. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/picha%C3%A7%C3%A3o-de-cunho-pol%C3%ADtico-toma-conta-de-belo-horizonte-1.797939>. Acesso em: 12 dez. 2016.

POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Operação Argos Panoptes.** Minas Gerais: PMMG, 2015. Disponível em: < https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/portalnoticias/conteudo.action?conteudo=64950&tipoConteudo=noticia>. Acesso em: 13 dez. 2016.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap. 1, p. 17-35.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.10, n. 9, p. 103-09, 2000.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 01, n. 31, p. 3-16, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap. 4, p. 73-94.

'SE eu tivesse feito, teria escrito certo', diz preso por pichar Cristo em BH. G1, Belo Horizonte, 12 jun. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/06/se-eu-tivesse-feito-teria-escrito-certo-diz-preso-por-pichar-cristo-em-bh.html>. Acesso em 18 abr. 2017.

SILVA, Gustavo Lassala. **Em nome do pixo:** a experiência social e estética do pichador e artista Djan Ivson. 2014. 102 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

SOARES, Flavia Cristina. **Pixadores de Elite: duas décadas de uma grife**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SOMOS todos piores de belô. Praça Livre BH, Belo Horizonte, 30 set. 2010. Disponível em: <https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/09/30/somos-tods-piores-de-belo/>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. cap. 3, p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. cap. 3, p. 57-72.

VÂNDALOS picham biblioteca pública e estátuas de escritores na Praça da Liberdade. Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 out. 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/10/17/interna_gerais,580617/vandalos-picham-biblioteca-publica-e-estatuas-de-escritores-na-praca-da-liberdade.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2016.

VIANA, Maria Luiza; BAGNARIOL, Piero. **História recente do graffiti.** In: Guia Ilustrado de Graffiti e Quadrinhos. Belo Horizonte: Fapi, 2004.

VIZEU, Rodrigo; CASTRO, Leticia de. **Pichadores mineiros são presos e acusados de formar quadrilha**. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 ago. 2010. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2508201021.htm>. Acesso em 12 dez. 2016.

YABUSHITA, I. J.; MARTINS, J. B. Ruídos na cidade pichações na cidade de londrina – aproximações... **Revista Athenea Digital**, Barcelona, v.8, n. 9, p. 19-37, 2006.

ZAN, D.; BATISTA, E.; CAMPOS, M. T. A.; RAGGI, N.; ALMEIDA, T. L. Grafite e pichação: formas de resistência e participação juvenis?. **Revista do Centro de Educação (UFSM)**, Santa Maria, v.35, n. 3, p. 465-478, 2010.